



RELATÓRIO N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº
39, de 2018 (nº 263/2018, na origem), da
Presidência da República, que *submete à
apreciação do Senado Federal, de conformidade
com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os
arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha
do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA,
Ministro de Primeira Classe da Carreira de
Diplomata do Ministério das Relações Exteriores,
para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na
República Popular da China e, cumulativamente,
na Mongólia.*

SF/18830.65071-60

RELATOR: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da China e, cumulativamente na Mongólia.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Antônio Setembrino de Mesquita e Ruth Estivallet de Mesquita, tendo nascido em 17 de dezembro de 1959, em Porto Alegre/RS. Graduou-se em Engenharia Agronômica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1983, no Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1984. Em 1986 completou a Pós-graduação em Administração na École Nationale



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

d'Administration em Paris, França, e foi aprovado, em 2004, no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco (CAD) com a tese “Multifuncionalidade e preocupações não comerciais: implicações para as negociações agrícolas na OMC”.

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1985, Segundo-Secretário em 1989 e Primeiro-Secretário em 1997. Foi promovido a Conselheiro, em 2001, a Ministro de Segunda Classe, em 2006 e a Ministro de Primeira Classe em 2013, todos por merecimento.

Na Secretaria de Estado exerceu, entre outras, as seguintes funções: Chefe, substituto, da Divisão da Ásia e Oceania II (2000-01); assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2001-2003); Coordenador Nacional para o Mercosul (2015 e 2017); Diretor do Departamento Econômico (2011-2015) e Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe (2015). Chefiou a delegação brasileira a inúmeras reuniões internacionais.

Em missões no Exterior, serviu na Delegação Permanente em Genebra (2003-08) e na Delegação do Brasil junto à OMC (2008-11), entre outros postos. Entre 2016 e 2018 foi membro do Conselho de Administração da Itaipu Binacional.

Entre as obras que publicou destacam-se: “Multifuncionalidade e Preocupações Não-comerciais: Implicações para as Negociações Agrícolas na OMC”. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006; “Taxation and Representation in the WTO”, in Stewart, Terence P. (ed.) “Opportunities and Obligations: New Perspectives on Global and US Trade Policy”. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law; “O papel central do setor privado na atuação do Brasil no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC” in Benjamim, Daniela Arruda (org.) *O Sistema de Solução de Controvérsias da OMC*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

Foi agraciado com diversas condecorações, como a Ordem de Rio Branco (Brasil, Comendador); Ordem do Mérito Militar (Brasil, Cavaleiro), Ordem do Mérito Naval (Brasil, Oficial); Medalha Mérito Tamandaré, Brasil. Recebeu, também o Prêmio Rio Branco, Medalha de Prata, do Instituto Rio Branco.

SF/18830.65071-60



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República Popular da China. O documento apresentado dá notícia da localização geográfica daquele país, bem como oferece amplo leque de outras informações.

Segundo o documento, a China conta com uma população de cerca de 1,37 bilhão de pessoas e uma área total de 9.561.000 km². Seu Produto Interno Bruto (PIB) somou US\$ 12 trilhões e o PIB *per capita* foi de US\$ 8.643, em dados de 2017. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,738, ocupando a 90^a posição entre 188 países. Trata-se do país mais populoso do mundo e com o terceiro maior território.

As relações bilaterais iniciaram-se em 1974, tendo sido elevadas à condição de Parceria Estratégica em 1993, passando a contar com arcabouço institucional da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Conversação e Cooperação (COSBAN). É o principal órgão decisório do plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021 (PAC) e do Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 (PDC). Em 2012, foi estabelecida Parceria Estratégica Global entre os dois países, com a criação do Diálogo Estratégico Global (DEG), mecanismo em nível de chanceleres, para intercâmbio de opiniões sobre assuntos das agendas bilateral, regional e multilateral.

Com três Consulados-Gerais na China, em Cantão, Hong Kong e Shangai, o Brasil instalou, em 2015, *Visa Centers* em Pequim, Xangai e Cantão, que contribuem para acelerar a tramitação de pedidos de vistos por meio da terceirização de tarefas mais burocráticas do processo. A comunidade brasileira na China é estimada em 16.160 nacionais.

No que diz respeito à política externa chinesa, cinco eixos a orientam: a relação com Estados Unidos, Rússia e União Europeia; relação com países vizinhos; fortalecimento da parceria com países em desenvolvimento; relações com organismos e foros multilaterais e a diplomacia pública como instrumento de contato com a sociedade civil.

O Brasil e a China cooperam no âmbito do agrupamento BRICS desde 2008, onde se destaca a criação do novo banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. Outros âmbitos de cooperação são o Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e Países de Língua Portuguesa – Fórum de Macau; o Foro CELAC-China e o BASIC, agrupamento que reúne Brasil, África do Sul, Índia e China, criado no

SF/18830.65071-60



contexto das negociações sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto.

No campo do comércio a China é, desde 2009, o principal parceiro do Brasil. A corrente de comércio alcançou US\$ 74,8 bilhões no ano passado, com superávit brasileiro de US\$ 20,1 bilhões. No primeiro trimestre de 2018, o intercâmbio cresceu 9% em relação ao mesmo período do ano passado. Em contrapartida, o Brasil é o nono parceiro comercial da China, com participação de 2,1% na corrente de comércio daquele país.

O Brasil exporta para a China principalmente soja, minério de ferro e petróleo e os componentes eletroeletrônicos representam 21% das importações totais oriundas da China.

No tocante aos investimentos, é crescente a presença chinesa no Brasil. De pouco mais de US\$ 300 milhões, em 2014, o estoque de investimentos superava, em 2014, US\$ 12 bilhões, segundo dados do Banco Central do Brasil. Os investimentos chineses dirigiram-se, em 2017, às áreas de energia renovável, saneamento, telecomunicações, agronegócio, serviços, aproveitamento energético, serviços de TI, infraestrutura portuária, investimento bancário e financeiro.

A Mongólia conta com população de 3,06 milhões de habitantes e tem área de 1.566.500 km². Seu PIB é de US\$ 11,1 bilhões e o IDH é de 0,675 (108º lugar no ranking). O Brasil e a Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 27 de junho de 1987, momento em que o país asiático iniciava estratégia de ampliação de suas relações exteriores.

A Mongólia dispõe de reservas de cobre e de minerais não-ferrosos, exploradas principalmente por empresas chinesas. Possui, ademais, uma das maiores minas de carvão a céu-aberto do mundo.

O intercâmbio comercial bilateral foi de US\$ 5,6 milhões em 2017, ano em que a Mongólia foi o 28º parceiro do Brasil no continente asiático. Nos últimos três anos, os produtos manufaturados predominaram nas vendas brasileiras e também assumiram participação majoritária nas compras provenientes do mercado mongol.

Os principais produtos exportados pelo Brasil para a Mongólia são pneus novos, máquinas para terraplanagem, produtos de confeitaria sem

SF/18830.65071-60



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

cacau, tabaco manufaturado. E importa compostos aminados de funções oxigenadas, cobertores e mantas, compostos de função carboxiamida e insumos para medicamentos.

A população brasileira residente na Mongólia é estimada em cerca de apenas dez habitantes.

Diante do exposto, estimo que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/18830.65071-60